

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ

INFÂNCIAS E CRIANÇAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E DE OUTROS POVOS TRADICIONAIS: (RE) EXISTÊNCIAS E AGENCIAMENTOS

Em tempos de retrocesso nas políticas públicas direcionadas às crianças e infâncias, o presente dossiê reúne reflexões acerca das infâncias e crianças indígenas, quilombolas, de terreiros e pomeranas. Nas últimas décadas, os direitos das infâncias e das crianças tiveram uma atenção, construindo-se políticas públicas de amparo e defesa, compreendendo as crianças como sujeitos históricos de direitos e agentes culturais. Entre as políticas, tivemos: Rede Cegonha, Bolsa Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Saúde na Escola, Proinfância, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), entre outras, que instituíram no país garantias mínimas para a construção de infâncias diversas e proteção de crianças e adolescentes.

O Brasil, como um país que teve seu processo de desenvolvimento alicerçado na exploração da mão de obra escrava, precisa urgentemente voltar suas atenções e políticas para as experiências de resistência e luta de negros, indígenas e demais povos tradicionais, com o objetivo de propiciar justiça social e epistêmica para esses povos. Nesse sentido, leis como a 10.639/2003 e 11.645/2008, que garantiram a obrigatoriedade das culturas Africanas, Afro-brasileiras e Indígenas nos currículos escolares de escolas públicas e privadas, acompanhadas de políticas de formação

continuada e produção de materiais didáticos, como o Programa Saberes Indígenas na Escola, gestadas pela Secretaria de Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), foram de grande avanço. No entanto, não se pode deixar de mencionar aqui a extinção da SECADI no governo Bolsonaro, representando um retrocesso no campo das questões étnico-raciais na escola. O Decreto 6.040/2007 também representou uma grande conquista nos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituindo uma política nacional para esses grupos, garantindo o direito aos seus territórios, saúde e educação diferenciada, segurança alimentar e nutricional, entre outros.

Neste diálogo, o dossiê “Infâncias e Crianças Indígenas, Quilombolas e de outros Povos Tradicionais: (re) existências e agenciamentos” traz três blocos de discussões, totalizando oito artigos, nos quais são apresentadas pesquisas sobre crianças e infâncias quilombolas, indígenas e de outros povos tradicionais - crianças/infâncias de terreiro e pomeranas.

O primeiro bloco versa sobre as crianças e infâncias quilombolas, sendo importante pontuar que, apesar de termos mais de 500 anos, nosso país continua a conviver com desníveis socioeconômicos assustadores. Só em 2003 sancionou a Lei 10.639, voltada para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Passamos mais de 500 anos sem dar condições efetivas que dessem visibilidade à educação de um povo trazido à força de seu lugar originário e que se tornou o esteio de nossa estrutura humana. Configura-se, assim, um enorme hiato temporal. Um longo período que, historicamente, tem negado aos negros e seus descendentes o acesso a uma condição de vida e à educação com a dignidade e o valor que todo ser humano precisa.

É preciso ressaltar que o momento atual permite antever retrocessos nas poucas conquistas, como as leis aqui assinaladas, diante do desmonte das políticas públicas que vêm ocorrendo desde 2016. Contudo, o papel do pesquisador tem sido marcado pela perseverança e por estudos voltados para diferentes Quilombos e suas realidades. O bloco de artigos sobre crianças e infâncias quilombolas é composto de

quatro artigos, e cada um, com seus respectivos objetos e métodos, desvelam-nos questões para análises e reflexões sobre a sobrevivência e vida desse povo.

Inicialmente, destacamos o artigo intitulado “Retalhos da Educação Cotidiana de Alunos Quilombolas do Arrojado”, de Maria Santos. Um estudo realizado no Rio Grande do Norte, que, em síntese, procura expor o movimento de luta cotidiana contra o racismo, o apagamento do grupo em estudo e as ações que podem gerar invisibilidade à educação escolar de todos os (as) negros (as) e, em particular, dos (as) quilombolas. A pesquisa se debruça sobre a educação na perspectiva dos (as) estudantes, ao tempo em que discorre sobre o trajeto dos (as) alunos (as) da comunidade, sua chegada à escola; como interagem na escola e no Quilombo; as situações de racismo, discriminação e preconceitos vivenciadas; e a relação da escola com a comunidade quilombola.

Trazer o deslocamento de alunos (as) quilombolas, seus trajetos, suas brincadeiras e afazeres com adultos (as), é de alguma forma permitir eclodir a percepção de como tem se dado os contatos dentro e fora do Quilombo (que se inicia com a análise do trajeto para a escola), o brincar, as atividades cotidianas, a distribuição do trabalho. São elementos pesquisados no propósito de discutir/ouvir sobre racismo, preconceito, diferenças, haja vista que estão presentes no dia a dia dessas crianças. Logo, faz-se urgente a escuta e a análise para que mudanças sejam possibilitadas. São questões prementes e que possibilitam descortinar as permanências e as mudanças que podem oferecer subsídios para as políticas públicas. Cabe ler e sentir essa realidade!

O artigo intitulado “Identidades Quilombolas: estudo de caso com as crianças da comunidade de Nova Esperança”, de Wesley Santos de Matos e Benedito Gonçalves Eugênio, discute o ser quilombola a partir de percepções de um grupo de crianças dos anos iniciais que frequentam uma escola quilombola no município de Wenceslau Guimarães-Bahia. O artigo nos oferece parte dos resultados de um projeto de pesquisa

mais amplo, financiado pelo CNPq, que assinala indicações históricas e, infelizmente, ainda atuais para o estudo dessa população, considerando-se que o processo identitário em muito pode contribuir para discussões sobre currículo e relações étnico-raciais em escolas quilombolas baianas, em um momento em que muitos debatem elementos para subsidiar bases curriculares de espectro nacional. Além disso, os resultados ratificam a necessidade do uso de recursos, como os desenhos, para construir interlocuções com as crianças, esses (as) pequenos (as) que se inauguram em contextos ainda muito adversos.

Também com o objetivo de estudar as relações étnico-raciais a partir de relatos de crianças, temos o artigo “A construção da autoestima e afirmação das identidades negras nas crianças quilombolas”, de José Artur do Nascimento Silva e Julvan Moreira de Oliveira. A pesquisa nos leva para o Nordeste do Brasil, Alagoas, especialmente para uma comunidade que se tornou o maior símbolo da América Latina contra o período de escravização existente no país – o Quilombo dos Palmares. Conta os feitos de guerreiros como Zumbi e Ganga Zumba e de guerreiras menos famosas como Dandara, Acotirene e Aqualtune, posto que é um cenário construído apenas para os homens. O texto começa com a fala de algumas crianças que se identificam com figuras do folclore retratadas na cor branca, e, ao tomar esse ponto de partida, discorre sobre a negação, o preconceito e o silenciamento dos (as) negros (as) em um país que insiste em não os (as) reconhecer como cidadãos e cidadãs e nem valorizar suas lutas e formas de resistência à opressão, tão bem configuradas pelos Quilombos e seus remanescentes.

O texto intitulado “Modos de ser e sentir: entrelaçando narrativas das crianças e professoras quilombolas”, de Noélia da Silva Miranda de Araújo, Patrícia Gomes Rufino, Genilda Cassiano e Sidineide Vidigal Reginaldo, descreve uma pesquisa realizada em uma comunidade quilombola do Espírito Santo. Discorre a partir de narrativas das crianças, sobre as ações pedagógicas da escola e busca identificar elementos que favoreçam a implementação de políticas públicas. Nele, vemos que

pode haver um entrelaçamento entre saberes, narrativas e histórias cujo benefício para as comunidades é o enriquecimento das atividades pedagógicas. Dentre os aspectos relevantes apresentados pela pesquisa, destacamos a questão da religiosidade ancestral que está sendo perdida. O Candomblé tem sofrido, secularmente, ameaças e perseguições. Um desafio que precisa tirar essa religião da invisibilidade e dar a ela o mesmo reconhecimento que têm as demais.

São artigos que merecem a leitura atenta, não só dos estudiosos da área, mas de todas as pessoas que entendem o papel da diferença na construção de toda e qualquer nação. Nenhum grupo humano - e aqui estamos nos descolando da questão da etnia - pode prescindir de todos e todas para a construção de um processo de desenvolvimento equânime, bem como de valorizar a riqueza cultural plural dos que fazem parte de um país imenso e tão absurdamente injusto com esses (as) cidadãos e cidadãs.

O segundo bloco aborda crianças e composições de infâncias em contextos indígenas, discussões necessárias, sobretudo no momento atual, em que a mortalidade infantil em comunidades indígenas tem aumentado consideravelmente. Dados do Ministério da Saúde apontaram que, em 2019, houve um aumento de 12% de mortes de bebês até um ano de idade, em relação ao ano de 2018. O bloco apresenta dois artigos, ilustrando a diversidade das populações indígenas brasileiras, que estão reunidas em mais de trezentos povos, falando mais de cento e oitenta línguas indígenas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

O artigo “Por entre o *Pensar* sobre e o *viver* das crianças indígenas Kaingang”, de Silvia Maria Alves de Almeida e Patrícia de Moraes Lima, traz uma etnografia com as crianças indígenas Kaingang em uma aldeia localizada no Estado de Santa Catarina e aborda a relação das crianças entre a aldeia e a cidade, ao acompanhar seus pais na venda do artesanato. No diálogo com as crianças, o texto questiona as invenções

modernas de criança e infância, problematizando visões essencialistas do que é ser criança, sobretudo criança indígena. Num lugar de desconstrução das “verdades” que são compostas acerca das crianças indígenas em representações entre instituições e vivências na cidade, a pesquisa é um convite para a experimentação de outros olhares com as crianças.

Em “Awê de Encantarias: a experiência de um livro vivo com crianças Pataxó”, artigo de Laura Castro de Araújo e Carolina Ferreira Fonseca, as autoras partilham a construção da história *Ymani* com as crianças Pataxó da aldeia Kaí e tecem caminhos na Escola Kijetxawê Zabelê e para além dela. Ao mergulhar no mundo dos encantados Pataxó, o artigo desenha uma poética criativa e inventiva em meio às crianças, apresentando a construção do que chamam de um “livro vivo”, do qual se origina o livro físico *Kijetxawê Zabelê – Aldeia Kaí*.

O terceiro bloco apresenta pesquisas sobre as crianças e as infâncias de outros Povos Tradicionais, especificamente as crianças e infâncias Pomeranas e de Terreiros, sendo composto por dois artigos. O artigo “(Re)existências e agenciamentos: Infâncias presentes em escolas multisseriadas de uma comunidade pomerana nos anos de 1960”, de Juber Helena Delboni e Gerda M. S. Foerste, tem como objetivo expandir a compreensão histórica sobre o acolhimento da criança pequena e da presença das infâncias nas classes multisseriadas e traz como recorte temporal os anos 1960 e geográfico, a comunidade tradicional pomerana de Caramuru, município de Santa Maria de Jetibá (ES). As autoras usam a análise fotográfica como narrativas de um tempo vivido e também como fonte histórico-documental. O estudo apresenta os desafios da comunidade na luta por políticas públicas e o papel da escola como espaço de resistência à educação colonizadora. As autoras nos presenteiam com um acervo fotográfico e uma narrativa tecida de conhecimentos históricos, conceitual e metodológico sobre o lugar das infâncias no contexto campesino e as denúncias das invisibilidades dessas infâncias que continuam até os dias atuais.

Como apontado anteriormente, estamos tratando de infâncias e de crianças. Ratificamos que a concepção de infância e de criança é diversa, plural, e que é no interior da sua comunidade de pertencimento que este conceito ganha sentido. Para entender qual é o lugar da infância, e como as crianças crescem e se desenvolvem em sua comunidade de origem, é preciso permanecer com elas, brincando, pulando e vez ou outra perguntando como estas se sentem e se veem dentro de sua comunidade.

Dessa forma, o artigo “Redes educativas no contexto da cibercultura: crianças de/no terreiro trançando seus saberes” foi costurado no encontro de duas pesquisadoras: Luzineide Miranda Borges, que mora no Nordeste (Ilhéus/BA) e Marta Ferreira, que mora no Sudeste (Santa Cruz da Serra/RJ), mas que mesmo distantes geograficamente, buscam, com base na experiência como pesquisadoras e mulheres de axé, compreender como as crianças de terreiros, especificamente os terreiros de candomblé, constroem a sua identidade ancestral e lutam contra o racismo religioso e o epistemicídio. O artigo apresenta o protagonismo das crianças e da sua comunidade a partir das narrativas do seu cotidiano e das suas narrativas nas redes sociais digitais: fotografias, vídeos e comentários. Para as autoras, os desafios dessas crianças não estão dentro das suas comunidades, encontram-se nas escolas, que continuam colonizadoras, pautando as práticas escolares apenas no calendário judaico-cristão: as escolas seguem celebrando a Páscoa e o Natal como uma cultura hegemônica e invisibilizam as crianças e suas práticas culturais, que são de outros credos. A luta é por um currículo diverso e a compreensão de que, para além das escolas, as redes educativas, como os terreiros de Candomblé são espaços de aprendizagem decolonial na luta por uma educação equitativa.

Os artigos do dossiê “Infâncias e Crianças Indígenas, Quilombolas e de outros Povos Tradicionais: (re) existências e agenciamentos”, que integram este número da revista Argumentos Pró-Educação, são composições de resistências em meio aos ataques contra as infâncias e as crianças no Brasil. Nesse sentido, agradecemos aos

autores e às autoras, os (as) pareceristas e à editora da revista, a professora Dra. Neide de Brito Cunha. Que os (as) leitores (as) da revista Argumentos Pró-Educação apreciem este dossiê.

Liana Gonçalves Pontes Sodré¹

<https://orcid.org/0000-0002-5288-1159>

Luzineide Miranda Borges²

<https://orcid.org/0000-0001-5376-968X>

Paulo de Tássio Borges da Silva³

<https://orcid.org/0000-0001-7653-1404>

¹ Doutora em Educação, docente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Teixeira de Freitas-BA/Brasil. E-mail: lianasodre@hotmail.com

² Doutora em Educação, docente na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Ilhéus-BA/Brasil. E-mail: neide.luzi@gmail.com

³ Doutor em Educação, docente na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Teixeira de Freitas-BA/Brasil. E-mail: paulodetassiosilva@yahoo.com.br